

OS FANTASMAS DO GRUPO ELETROBRAS

Na década de 90 foi dado início do processo de vendas de ativos no governo FHC. Nos anos seguintes a “esperança venceu o medo” e entramos na era LULA/DILMA, que permaneceram no poder 13 anos. Eleitos por parcela considerável dos trabalhadores das estatais, na certeza que haveria um fortalecimento das empresas, resguardando-as para anos futuros caso uma nova onda privatista viesse rondar o Brasil. Chegou a era Temer, pega as Empresas esfaceladas e as coloca no calabouço para serem leiloadas na esperança de conter o déficit fiscal do País, cuja sangria não tem fim.

No caso do grupo Eletrobras, a dupla LULA/DILMA foi mais cruel. Em 2012 editou a MP 579, na condição de renovação antecipada das concessões e, leva a nocaute as empresas do grupo ceifando, sem precedentes, as receitas de suas subsidiárias, hoje vulneráveis e na linha de tiro do mercado privado de energia. Parte considerável dos trabalhadores do Setor consideram que houve um estelionato eleitoral da dupla.

Temer, um governo fraco, com sua base no Congresso esfacelada e ano eleitoral em curso, nos possibilita uma sobrevida para atuar em diversas frentes, em especial as técnicas e jurídicas para tentar no tempo que nos resta, virar a página e mostrar para o próximo governo que nossas empresas foram e continuam sendo importantes para o País do ponto de vista estratégico, social e econômico.

PLR 2017

Na reunião do dia 19 de julho, compareceram o DF, Armando Casado e a DA, Aracilba Alves da Costa, Diretores da Holding para informar as condições de pagamento da PLR 2017.

Inicialmente o Diretor Armando fez uma minuciosa apresentação do quadro financeiro e econômico do grupo. Alertou que o cenário de curto prazo é grave e apresentou uma sequência de números desfavoráveis que rondam nossas empresas. Para a Holding tudo indica que deverá ficar com uma dívida de 19 bilhões de reais contraídas pelas distribuidoras. Também citou os 16 bilhões de reais, a título de empréstimo compulsório, a cargo da Eletrobras, ainda não resolvido, que poderão penalizar seus balanços futuros. Para as subsidiárias temos a Eletrosul, onde a ANEEL determinou uma revisão tarifária que pode inviabilizar futuros investimentos e colocar a empresa na berlinda da privatização. Assunto que a Intersindical irá tratar no campo jurídico para reversão do quadro. As demais Empresas do Grupo não fogem à regra e em piores condições, no curto prazo está a Eletronuclear, e numa condição mais favorável a Eletronorte, que tem energia descontratada e, em função da crise hídrica com PLD acima dos 500 reais/mwh, vai ter uma receita extra no curto prazo.

Com relação a proposta de pagamento, a Diretoria da Eletrosul vinha fazendo esforços para pagamento integral da PLR no dia 1º de agosto. Entretanto, a determinação da Holding é pelo pagamento de 60% em agosto e os demais 40% em novembro para aquelas que tiverem condições de caixa. Para a Eletrosul, como já noticiado, deve ser paga a primeira parcela no dia 3 de agosto. Reunião de Diretoria na terça-feira deve bater o martelo, com poucas chances de aumentar o percentual de 60% em função da Holding, uma vez que tem caixa para pagar 100%. Fica, entretanto, impedida por força da legislação, onde determina que primeiro sejam processados os dividendos, o que não ocorreu até então.

A INTERSINDICAL vai aguardar a reunião da Diretoria para em AGE deliberar sobre a PLR 2017, o que deve ocorrer na quarta feira, dia 25/08.

**INTERSINDICAL NA REPRESENTAÇÃO LEGAL DAS SUAS CATEGORIAS
E NA DEFESA DE TODOS OS EMPREGADOS DA ELETROBRAS / ELETROSUL**

FILIE-SE AO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

SENGE/SC - SAESC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCÓPOLIS